



ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOM BOSCO
FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DOM BOSCO
CURSO DE ENFERMAGEM

ISABELLY SILVA NOGUEIRA CHAGAS
RAFAELA DA SILVA PAULA
RAPHAEL JOSÉ DE SOUZA

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NA
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

RESENDE

2025

ISABELLY SILVA NOGUEIRA CHAGAS

RAFAELA DA SILVA PAULA

RAPHAEL JOSÉ DE SOUZA

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NA
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Monografia apresentada à Associação Educacional Dom Bosco, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Curso de Enfermagem, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof^a.Me. Kellem Raquel Brandão de Oliveira Torres

RESENDE

2025

ISABELLY SILVA NOGUEIRA CHAGAS

RAFAELA DA SILVA PAULA

RAPHAEL JOSÉ DE SOUZA

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NA
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Monografia apresentada à Associação Educacional Dom Bosco, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Curso de Enfermagem, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Enfermagem.

BANCA AVALIADORA:

Prof. Me. Alexandre Rocha da Silva

Profª. Me Raphaela Casemiro dos Santos Figueredo

Profª. Me. Kellem Raquel Brandão De Oliveira Torres
(Orientadora)

Resende, 28 de novembro de 2025.

Catálogo na fonte
Biblioteca Central da Associação Educacional Dom Bosco – Resende-RJ

C433 Chagas, Isabelly Silva Nogueira
A atuação do enfermeiro no planejamento reprodutivo na Atenção Primária à Saúde / Isabelly Silva Nogueira Chagas; Rafaela da Silva Paula; Raphael José de Souza - 2025.
48f.

Orientador: Kellem Raquel Brandão de Oliveira Torres
Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à finalização do curso de Enfermagem da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco da Associação Educacional Dom Bosco.

1. Enfermagem. 2. Atenção primária à saúde. 3. Saúde da mulher. 4. Profissional de enfermagem. 5. Planejamento reprodutivo. I. Paula, Rafaela da Silva. II. Souza, Raphael José de. III. Torres, Kellem Raquel Brandão de Oliveira. IV. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco. V. Associação Educacional Dom Bosco. VI. Título.

CDU 612.6(043)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela sua infinita bondade, amor e misericórdia. Foi Ele quem me fortaleceu nos momentos de fraqueza, iluminou meu caminho nos dias de incerteza e deu-me coragem para seguir adiante, mesmo quando os desafios pareciam maiores do que minhas forças. Sem sua presença constante, nada disso seria possível.

Agradeço à minha família. Sou grata, de coração, à minha mãe e ao meu pai, que são, juntos, minha base e meu exemplo de amor, dedicação e esforço. Obrigada por acreditarem em mim, por me apoiarem em cada escolha e por ensinarem, com gestos e palavras, a importância da perseverança. Cada vitória minha também é de vocês, pois sei que muitos sacrifícios foram feitos para que eu pudesse chegar até aqui.

À minha tia Vanilda pelo apoio constante, pelas palavras de incentivo e por acreditar em mim mesmo nos momentos em que eu duvidava.

Ao meu primo, Rafael, que desde o início me encorajou a iniciar a faculdade, sendo uma das primeiras pessoas a acreditar que eu era capaz de alcançar meus objetivos. Seu incentivo foi decisivo para que eu desse os primeiros passos dessa jornada.

À minha amiga Rafaela, que se manteve ao meu lado desde o primeiro dia de aula até a conclusão do TCC, dividindo risadas, desafios e conquistas. Sua amizade verdadeira tornou essa caminhada mais leve, alegre e inesquecível.

E, de forma especial, à minha orientadora, Kell, que não apenas me guiou com excelência durante a elaboração do TCC, mas também foi uma professora e pessoa maravilhosa, oferecendo ensinamentos valiosos e momentos de crescimento pessoal e profissional. Sou imensamente grata por todo o conhecimento compartilhado e pela paciência, dedicação e apoio durante essa fase tão importante da minha vida.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu chegasse até este momento: familiares, amigos, professores e pessoas que cruzaram meu caminho. Cada palavra, gesto e incentivo teve grande importância na realização deste sonho.

Registro, nesta singela página, a minha mais profunda gratidão a cada um de vocês.

Isabelly Silva Nogueira Chagas

Primeiramente, agradeço a Deus por iluminar meus caminhos e conceder-me forças para concluir mais uma etapa da minha formação. Sua presença constante em minha vida foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Sou-lhe imensamente grata.

Aos meus pais, minha eterna gratidão por todo o amor, apoio e confiança. Vocês foram a base de tudo o que conquistei até agora. Cada palavra de incentivo, cada gesto de carinho, sempre me fortaleceram nos momentos difíceis. O esforço e a dedicação de vocês foram essenciais para que eu pudesse enfrentar os desafios e seguir firme na minha caminhada. Não há palavras suficientes para expressar o quanto sou grata por tudo o que fizeram e ainda fazem por mim.

À minha madrinha Layne, o meu sincero e profundo agradecimento. Seu apoio, incentivo e orientação foram fundamentais em toda a minha trajetória até aqui. Sua presença constante, seus conselhos valiosos e a confiança que sempre depositou em mim me deram forças para continuar, mesmo quando o caminho parecia mais difícil. Sou imensamente grata por ter você em minha vida, como um exemplo de carinho, sabedoria e força.

Agradeço também ao meu noivo, por toda a sua paciência, compreensão e apoio incondicional que me acompanharam em todos os momentos. Sem você, a jornada teria sido muito mais difícil. Cada palavra de incentivo, cada gesto de carinho e cuidado foram essenciais para que eu seguisse firme. O amor e o comprometimento que você demonstrou são inesquecíveis. Obrigada por estar ao meu lado, não só nos momentos de celebração, mas também nos desafios, tornando tudo mais leve e significativo.

Quero agradecer, ainda, à minha amiga Isabelly, que percorreu comigo toda a trajetória da faculdade. Sua amizade, apoio incondicional e incentivo foram fundamentais para que eu não perdesse a motivação. Muito obrigada por estar ao meu lado em todos os momentos, oferecendo amizade e compreensão.

A todos os meus familiares, meu mais sincero obrigado por todo o amor, compreensão e suporte. Sem vocês, seria muito mais difícil enfrentar os desafios e alcançar essa realização. O apoio de cada um de vocês foi essencial para que eu pudesse seguir em frente. Com todo o meu coração, muito obrigada por estarem sempre ao meu lado e por tornarem essa jornada ainda mais especial.

Rafaela da Silva Paula

A conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não seria possível sem o apoio e a colaboração de muitas pessoas, às quais sou profundamente grato.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Kellem, pela orientação, paciência e dedicação. Sua *expertise*, incentivo constante e críticas construtivas foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos professores do curso de Enfermagem. Todos contribuíram significativamente para minha formação acadêmica e pessoal, compartilhando seus conhecimentos e experiências ao longo de toda a trajetória.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, seja com sugestões, apoio técnico ou palavras de incentivo.

A todos, o meu muito obrigado.

Raphael José de Souza

Escolhi os plantões, porque sei que o escuro da noite amedronta os enfermos.
Escolhi estar presente na dor porque já estive muito perto do sofrimento.
Escolhi servir ao próximo porque sei que todos nós um dia precisamos de ajuda.
Escolhi o branco porque quero transmitir paz.
Escolhi estudar métodos de trabalho porque os livros são fonte de saber.
Escolhi ser Enfermeira porque amo e respeito a vida!

Florence Nightingale

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a atuação do enfermeiro no planejamento reprodutivo, com ênfase na consulta de enfermagem e destacando suas atribuições, desafios e contribuições para a saúde pública. Nesse contexto, busca-se descrever as atividades realizadas pelo profissional de enfermagem na Atenção Primária à Saúde (APS) relacionadas ao planejamento reprodutivo e identificar as principais dificuldades enfrentadas na realização delas. Este estudo configura-se como uma revisão bibliográfica. A pesquisa foi realizada por meio buscas em bancos de dados reconhecidos, como LILACS, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Observa-se que o enfermeiro desempenha papel fundamental nas consultas de enfermagem, na oferta de contraceptivos e na conexão entre os serviços de saúde e as comunidades contempladas. Constatou-se também que, apesar da ampla disponibilidade de métodos no Sistema Único de Saúde (SUS), a descontinuidade do acompanhamento, a predominância da esterilização e os efeitos adversos dos anticoncepcionais orais interferem na adesão. Conclui-se que a atuação do enfermeiro na consulta de planejamento reprodutivo, apesar de comprovadamente essencial, prevista em lei e regulamentada adequadamente, ainda é limitada por obstáculos materiais, pela sobrecarga de trabalho, pelo acúmulo de funções e pela necessidade de formações continuadas dos profissionais.

Palavras-chave: Planejamento reprodutivo. Enfermagem na APS. Saúde da mulher. Educação sexual e Planejamento familiar.

ABSTRACT

In this study we aim to investigate the role of nurses in reproductive planning, with an emphasis on nursing consultations and highlighting their responsibilities, challenges, and contributions to the public health. In this context, we seek to describe the activities carried out by nurses in Primary Health Care related to reproductive planning and to identify the main difficulties faced in carrying them out. This study is configured as a bibliographic review. The research was conducted through searches in recognized databases, such as LILACS, SciELO, and the Virtual Health Library. We observed that nurses play a fundamental role in nursing consultations, the provision of contraceptives, and the connection between healthcare services and the communities they serve. The data revealed that, despite the wide availability of methods in the Unified Health System (SUS), the discontinuity of the contraceptive management, the predominance of sterilization, and the adverse effects of oral contraceptives interfere with adherence. This study concludes that although the role of nurses in reproductive planning consultations is proven essential, provided for by law, and properly regulated, it is still limited by material obstacles, work overload, task accumulation, and the need for ongoing professional training.

Keywords: Reproductive planning. Nursing in Primary Health Care. Women's health. Sexual education and Family planning.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organização dos artigos encontrados e selecionados para o estudo.....	20
Quadro 2 – Organização dos artigos selecionados de acordo com os objetivos do trabalho.....	21
Quadro 3 – Competências do enfermeiro, Resolução COFEN Nº 690/2022.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS

AB – Atenção Básica

ACH – Anticoncepcional Hormonal

APS – Atenção Primária à Saúde

BVS – Biblioteca Virtual em Saúde

COFEN – Conselho Federal de Enfermagem

COREN – RJ – Conselho Regional de Enfermagem – Rio de Janeiro

DIU – Dispositivo Intrauterino

ESF – Estratégia de Saúde da Família

GNP – Gestações Não Planejadas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LILACS – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

MS – Ministério da Saúde

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PNAB – Política Nacional da Atenção Básica

PNAISM – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

PNDS – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

PPGAR – Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco

PR – Planejamento Reprodutivo

RAS – Rede de Atenção à Saúde

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SISAB – Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
1.1	Contexto	14
1.2	Justificativa	16
1.3	Objetivos.....	17
2.	DESENVOLVIMENTO	18
2.1	Metodologia.....	18
2.2	Resultados	19
2.2.1	Atividades realizada pelos(as) enfermeiros(as) na APS com foco no planejamento reprodutivo	29
2.2.2	Os métodos contraceptivos disponíveis na APS e os seus consequentes impactos ...	33
2.2.3	Principais dificuldades dos(as) enfermeiros(as) nas atividades referentes ao planejamento reprodutivo.....	37
3.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto

A Atenção Básica (AB) ou Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção no sistema de saúde brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, o acesso de primeiro contato ou porta de entrada. Caracteriza-se, de forma geral, pela prestação de serviços de saúde de forma integral, acessível e continuada devendo, portanto, ser o ponto de entrada preferencial dos usuários. Por ser desenvolvida por equipes multidisciplinares, a APS é capaz de oferecer ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos (Brasil, 2011).

Dentre os componentes essenciais dessas equipes, os enfermeiros desempenham papel crucial na disseminação de informações através das ações de educação em saúde e do atendimento dos usuários do SUS na consulta de enfermagem (Meireles *et al.*, 2014). Uma das atividades principais desenvolvidas pelos profissionais de enfermagem, referentes ao contato com os usuários do sistema de saúde, é o suporte ao planejamento familiar ou planejamento reprodutivo (PR). Por meio de ações educativas, os enfermeiros fornecem informações confiáveis e atualizadas sobre métodos contraceptivos, saúde sexual e reprodutiva, capacitando os indivíduos a tomarem decisões informadas para o seu bem-estar (Meireles *et al.*, 2014).

Os enfermeiros atuam também como intermediários entre a população e os serviços de saúde. No que concerne à presente pesquisa, é essencial a cooperação entre os profissionais e o usuários do SUS para a implementação de estratégias que assegurem os direitos à saúde sexual e reprodutiva, com ênfase na prevenção de gestações indesejadas. Ainda no contexto das atividades com foco no planejamento familiar, a atuação dos enfermeiros é fundamental na promoção da saúde sexual e reprodutiva, na participação ativa dos indivíduos nas decisões relacionadas ao seu próprio cuidado e no aconselhamento sobre contracepção (Silva *et al.*, 2023).

Através das consultas de enfermagem, da escuta atenta, da oferta de métodos contraceptivos e da educação em saúde, tanto em nível individual quanto coletivo, os(as) enfermeiros(as) desempenham um papel essencial na promoção da qualidade de vida sexual e reprodutiva, incentivando a autonomia e o bem-estar da população. Além disso, sua atuação é indispensável na prevenção da gravidez na adolescência, por meio do desenvolvimento de estratégias educativas que orientam os jovens sobre a importância da participação em ações de saúde, prevenindo infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gestações precoces (Silva *et*

al., 2023). Uma das iniciativas exemplares de tal trabalho é a formação de grupos voltados à promoção da saúde e à prevenção de doenças. Tais atividades, empreendidas pelos enfermeiros, facilitam a construção, pelos adolescentes, de conhecimentos importantes para a tomada de decisões responsáveis e a adoção de práticas saudáveis em relação à saúde reprodutiva (Meireles *et al.*, 2014).

Essas práticas colaboram para a preparação do planejamento reprodutivo. Este, como define a Organização Mundial da Saúde (OMS), é entendido como um conjunto de ações e intervenções que ajudam casais a tomarem decisões informadas sobre quando e quantos filhos desejam ter. A APS compreende o PR como um dos seus componentes essenciais, pois visa garantir direitos reprodutivos e reduzir desigualdades sociais. Estudos reforçam a relevância de tal posicionamento ao atestar como a atuação do enfermeiro no PR fortalece a adesão a métodos contraceptivos e promove o empoderamento dos usuários por meio da educação em saúde (Brasil, 2011).

Os enfermeiros desempenham, portanto, um papel estratégico na educação em saúde e no planejamento familiar. Esses profissionais em saúde atuam como mediadores, educadores e facilitadores do acesso a informações confiáveis, serviços de saúde e métodos contraceptivos eficazes, fortalecendo a promoção da saúde sexual e reprodutiva da população (Silva *et al.*, 2023). Ainda, a saúde pública e o bem-estar das comunidades são diretamente impactados pelo planejamento reprodutivo, e os profissionais de enfermagem são os principais responsáveis por ensinar, aconselhar e fornecer métodos contraceptivos seguros e eficazes (Meireles *et al.*, 2014).

No âmbito da APS, de acordo com o Ministério da Saúde (MS), as ações relativas ao PR também compreendem o fornecimento de acesso a métodos contraceptivos seguros e eficazes. Sendo assim, entende-se a relevância, nesse contexto, de pesquisar o trabalho do enfermeiro, uma vez ele tem a capacidade de promover práticas de saúde reprodutiva que podem prevenir gestações indesejadas e reduzir a incidência de ISTs (Brasil, 2011). Desta forma, consideramos de fundamental importância aprofundar os estudos sobre o papel dos enfermeiros no planejamento reprodutivo no âmbito da APS a fim de conhecer e valorizar a contribuição desses profissionais na promoção de uma abordagem holística e centrada no usuário na prestação de serviços de saúde (Silva *et al.*, 2023).

1.2 Justificativa

Como constatado nos direcionados supracitados de institutos e organizações de saúde, há uma relação direta entre a atuação do enfermeiro e o planejamento reprodutivo na APS. Torna-se relevante, diante da importância do PR para a saúde pública, o apuramento da compreensão do papel crucial desempenhado pelos profissionais de enfermagem na APS naquilo que se refere à saúde reprodutiva e ao planejamento familiar.

O foco na atuação dos enfermeiros deve-se, assim, ao seu papel estratégico e indispensável na Unidade Básica de Saúde (UBS). Seu trabalho vai muito além dos procedimentos técnicos e inclui o planejamento, a coordenação do cuidado, a educação em saúde e a articulação com a comunidade.

Na UBS, o enfermeiro está envolvido com a promoção da saúde e a prevenção de doenças, atendendo pacientes em consultas de enfermagem, realizando triagens, administrando vacinas e medicamentos, além de acompanhar grupos específicos, como gestantes, hipertensos, diabéticos e idosos. É-lhe característica sua proximidade com a comunidade. Por estar presente diariamente e desenvolver ações educativas, o enfermeiro é, muitas vezes, o primeiro profissional de saúde procurado pela população, o que reforça sua importância no vínculo e na continuidade do cuidado (Meireles *et al.*, 2014).

Além disso, o enfermeiro tem funções gerenciais e administrativas, como a organização da equipe, a elaboração de protocolos, a vigilância em saúde e o monitoramento dos indicadores de saúde. Ele também atua de forma interdisciplinar, colaborando com médicos, agentes comunitários e outros profissionais para garantir o cuidado integral.

A atuação desses profissionais, todavia, encontra desafios preocupantes. Dentre estes, destacam-se: a sobrecarga de trabalho, a escassez de recursos e a falta de valorização profissional, o que pode comprometer a qualidade do atendimento (COFEN, 2022).

Em vista disso, a presente pesquisa visa contribuir para a reflexão quanto à melhoria na qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde reprodutiva oferecidos na APS. É necessário um melhor entendimento sobre as práticas, percepções e necessidades dos enfermeiros e dos usuários em relação ao planejamento reprodutivo. Por meio de semelhante aprimoramento, contribui-se para a estruturação da base de evidências científicas na área da saúde reprodutiva e de enfermagem, preenchendo lacunas no conhecimento e fornecendo dados relevantes para futuras investigações, o que enriquece o corpo de literatura científica disponível e informa sobre as políticas públicas e práticas de saúde existentes (Silva *et al.*, 2023).

1.3 Objetivos

Investigar a atuação do enfermeiro no planejamento reprodutivo, com ênfase na consulta de enfermagem, destacando suas atribuições, desafios e contribuições para a saúde pública.

Objetivos específicos:

- Descrever as atividades realizadas pelas(os) enfermeiras(os) na APS com foco no planejamento reprodutivo;
- Apresentar os métodos contraceptivos disponíveis na APS e os seus consequentes impactos;
- Pesquisar as principais dificuldades das(os) enfermeiras(os) nas atividades referentes ao planejamento reprodutivo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Neste capítulo, apresentamos os métodos adotados para o desenvolvimento deste estudo, incluindo a definição do tipo de pesquisa, as estratégias utilizadas para a coleta de dados e as abordagens aplicadas na análise dos resultados. O foco da pesquisa é a atuação do enfermeiro no planejamento reprodutivo, com ênfase na consulta de enfermagem e destaque nas suas atribuições, desafios e contribuições para a saúde pública (Vieira, 2010). Para isso, o presente estudo configura-se como uma revisão bibliográfica, abordagem que tem por finalidade reunir, analisar e discutir publicações já existentes sobre um tema delimitado com o intuito de construir um panorama teórico consistente e identificar avanços, limites e lacunas do conhecimento (Cavalcante, 2020).

A revisão bibliográfica caracteriza-se como procedimento que organiza e interpreta produções científicas previamente publicadas, de modo sistemático e crítico, sem a necessidade de coleta de dados primários. Trata-se de um recurso que possibilita compreender a evolução do tema e subsidiar o aprofundamento das discussões propostas neste estudo (Vieira, 2010; Garcia, 2016).

A partir da escolha deste método, buscou-se consolidar um referencial teórico acerca da atuação do enfermeiro no planejamento reprodutivo e na educação em saúde no âmbito da APS. Foram consideradas fontes confiáveis, obtidas em bases de dados científicas e repositórios acadêmicos e respeitando critérios de relevância e afinidade com o tema investigado. Dentre as ferramentas de busca, preferimos fontes de dados reconhecidas, incluindo LILACS, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Selecionamos estudos publicados em língua portuguesa, no recorte temporal de janeiro de 2020 a junho de 2025, que apresentassem as seguintes palavras-chave (isoladamente): “Planejamento reprodutivo”, “enfermagem na APS”, “Saúde da mulher”, “Educação sexual” e “planejamento familiar”. De forma complementar, foram consultados documentos oficiais sobre o tema abordado, comodados do IBGE, manuais do Ministério da Saúde, pareceres do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e do Conselho Regional de Enfermagem (COREN-RJ). Particularmente, destacamos a relevância do artigo “Desafios do enfermeiro no planejamento reprodutivo: revisão integrativa da literatura” dos autores Alexsânia Letícia Santana Lopes, Alcilene Fernandes Garcia de Moraes, Ellen Oliveira Santos Rodrigues, Larissa Rayane Openkowski da Silva, Maura Cristiane e Silva

Figueira e Karina Angélica Alvarenga Ribeiro, publicado na Revista Contemporânea em 24 de fevereiro de 2023.

2.2 Resultados

Para esquematizar os trabalhos pesquisados, elaboramos um quadro descritivo das principais obras encontradas dentro dos parâmetros de filtragem estabelecidos, considerando as palavras-chave inseridas em cada plataforma. Posteriormente, os artigos foram selecionados no que tange à relação com os objetivos do trabalho. Na primeira busca, encontramos 1.379 artigos. Para filtrar os resultados, desconsideramos os trabalhos repetidos e/ou não relacionados ao tema em questão. Ao final, selecionamos 32 artigos. O Quadro 1, exibido na seguinte página, demonstra a distribuição entre artigos encontrados e selecionados conforme as palavras-chave e as bases de dados.

O seguinte passo metodológico foi a organização e a categorização desses artigos. Por meio disso, foi possível reunir e sintetizar o conhecimento disponível sobre o tema, respondendo os objetivos dos trabalhos, conforme determinados no capítulo anterior. O resultado desse novo processamento de dados é demonstrado no Quadro 2, também disponível abaixo, em que os artigos estão separados de acordo com os objetivos a serem alcançados.

Quadro 1 – Organização dos artigos encontrados e selecionados para o estudo

PALAVRA-CHAVE	BASE DE DADOS	ENCONTRADOS (Nº)	SELECIONADOS (Nº)
PLANEJAMENTO REPRODUTIVO	BVS LILACS SCIELO	25 81 113	00 04 01
ENFERMAGEM NA APS	BVS LILACS SCIELO	15 136 08	00 05 00
SAUDE DA MULHER	BVS LILACS SCIELO	31 324 230	02 08 01
EDUCAÇÃO SEXUAL	BVS LILACS SCIELO	40 35 156	03 01 02
PLANEJAMENTO FAMILIAR	BVS LILACS SCIELO	108 30 47	02 00 03
TOTAL	BVS LILACS SCIELO	219	07
		606	18
		554	07
		1.379	32

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quadro 2 – Organização dos artigos selecionados de acordo com os objetivos do trabalho

ARTIGO SELECIONADO	LINK DO ARTIGO	QUANTIDADE	TEMÁTICA
1. Planejamento Familiar: organização da assistência e conhecimento dos profissionais (Freitas <i>et al.</i>, 2025). 2. Autonomia na escolha pela contracepção: visão histórica (Santos, 2025). 3. Manejo do dispositivo intrauterino por enfermeiros na Atenção Primária à Saúde (Silva <i>et al.</i>, 2025). 4. Metamaternidade transicionada sem planejamento após os 35 anos: teoria de situação específica de enfermagem (Aldrighi <i>et al.</i>, 2024).	1. http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/1358 2. http://dx.doi.org/10.1590/1983-803420253781PT 3. http://doi.org/10.1590/0034-7167-2024-0340pt 4. http://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2024-0106pt	10	Atividades realizadas pelas(os) enfermeiras(os) na APS com foco no planejamento reprodutivo

5. Integralidade como diretriz formativa na Atenção Primária sob a perspectiva dos residentes em Saúde da Família (Lima <i>et al.</i>, 2024). 6. Utilização de teorias nos estudos sobre cuidados de Enfermagem no Planejamento Reprodutivo: revisão integrativa (Sousa <i>et al.</i>, 2024). 7. Barreiras enfrentadas pelos enfermeiros na ampliação da inserção do dispositivo intrauterino em pacientes no contexto das Unidades Básicas de Saúde (Martins <i>et al.</i>, 2023). 8. Planejamento Reprodutivo e inserção de dispositivo intrauterino realizada por	5. http://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2679 6. http://doi.org/10.21675/2357-707X.2024.v15.e-2024149 7. http://doi.org/10.17566/ciads.v12i4.1008 8. http://www.scielo.br/j/cenf/a/N57ScHmZPbtrFNMH67KFFfM/?for=mat=pdf&lang=pt		
--	---	--	--

médicos e enfermeiras no Brasil (Rodrigues <i>et al.</i>, 2023a). 9. Planejamento familiar: conhecimento e aplicabilidade por enfermeiros na Atenção Primária à Saúde (Silva <i>et al.</i>, 2023). 10. Educação sexual entre adolescentes: um estudo de caso (Marcondes <i>et al.</i>, 2020).	9. http://mail.revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/articloe/view/1602/3012 10. http://revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/770/1511		
--	--	--	--

1. Integralidade como diretriz formativa na Atenção Primária sob a perspectiva dos residentes em Saúde da Família (Lima <i>et al.</i>, 2024). 2. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, 40 anos de uma história: entrevista com Ana Maria Costa (Costa, 2024). 3. Cidades possíveis e a saúde coletiva (Guarnieri <i>et al.</i>, 2024). 4. Assistência à concepção na Atenção Primária em Saúde (Oliveira <i>et al.</i>, 2024). 5. Planejamento Reprodutivo e contracepção nas políticas públicas brasileiras (Pinheiro <i>et al.</i>, 2024). 6. Assistência de enfermagem à saúde da mulher na Atenção Primária à Saúde (Silva <i>et al.</i>, 2024). 7. A educação sexual nas diferentes versões da base nacional comum curricular: da abertura ao	1. http://doi.org/10.21675/2357-707X.2024.v15.e-202403SUPL1 2. http://doi.org/10.1590/S0104-59702024000100029 3. http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1592129 4. http://www.seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/4886/343 5. http://docs.bvsalud.org/biblioref/2025/03/1589632/cap-3-planejamento-reprodutivo.pdf 6. http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1533077 7. http://dx.doi.org/10.1590/0102-469845439	12	Os métodos contraceptivos disponíveis na APS e os seus consequentes impactos
--	--	----	--

silenciamento em torno da temática (Vicente, 2024). 8. Consulta de enfermagem em planejamento reprodutivo: validação de cenários e lista de verificação para avaliação pós-consulta (Ramos, 2022). 9. Conhecimentos de adolescentes sobre métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis (Barbosa <i>et al.</i>, 2021). 10. Educação sexual e reprodutiva no puerpério: questões de gênero e atenção à saúde das mulheres no contexto da Atenção Primária à Saúde (Justino <i>et al.</i>, 2021). 11. Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes (Vieira, 2021).	8. http://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO0296345 9. http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1155738 10. http://doi.org/10.1590/interface.200711 11. http://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0066		
--	---	--	--

12. Diagnóstico do conhecimento dos adolescentes sobre sexualidade (Silva <i>et al.</i> , 2020).	12. http://www.scielo.br/j/ape/a/DWD9fVf3Nj6Dx3GVGSCDYrd/?format=pdf&lang=pt .		
1. Saúde sexual e reprodutiva em Francisco Morato, com foco na saúde mulher em 2022 (Coelho, 2024). 2. Autonomia do enfermeiro no exercício das práticas de enfermagem na Atenção Primária à Saúde (Galvão <i>et al.</i>, 2024). 3. O acesso aos serviços de saúde para mulheres no Brasil (Osei; Santos; Rodrigues, 2024). 4. A vivência da gestante em planejamento reprodutivo na Atenção Primária à Saúde (Paixão, 2022). 5. Percepção de enfermeiros sobre seu papel gerencial,	1. http://docs.bvsalud.org/biblioref/2024/04/1551303/tc-c-milene-borgui-coelho.pdf 2. http://search.bvsalud.org/gim/resource/pt/biblio-1537170 3. http://docs.bvsalud.org/biblioref/2024/08/1568153/65-texto-do-artigo-2572-1-10-20240819.pdf 4. http://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/85293 5. http://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16012/22789	10	Principais dificuldades das(os) enfermeiras(os) nas atividades referentes ao planejamento reprodutivo

competências e desafios no cotidiano da Atenção Primária à Saúde (Assunção <i>et al.</i>, 2021). 6. Atenção à saúde sexual e reprodutiva – levantamento estadual para a construção da Linha de Cuidado para a saúde na adolescência e juventude para o Sistema Único de Saúde no estado de São Paulo (LCA&J) (Figueiredo <i>et al.</i>, 2021). 7. A competência da enfermeira para o cuidado ginecológico à mulher na Atenção Primária à Saúde (Machado, 2021). 8. Importância social da educação em sexualidade no contexto brasileiro (Tessaroli, 2021). 9. A sexualidade feminina na consulta de enfermagem:	6. http://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/11/1399575/bis-v22n2-sexualidade-genero-e-saudeii-76-95.pdf 7. http://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/71864 8. http://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/38599/36358 9. http://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/11/1128271/39397-241571-1-pb.pdf		
--	---	--	--

potencialidades e limites (Assunção <i>et al.</i>, 2020). 10. Gestão do cuidado à mulher na Atenção Primária: estratégias para efetivação do processo de enfermagem (Rosa <i>et al.</i>, 2020).	10. http://enfermfoco.org/article/gestao-do-cuidado-a-mulher-na-atencao-primaria-estrategias-para-efetivacao-do-processo-de-enfermagem/		
---	--	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa bibliográfica, como método, é um recurso basilar para iniciar uma investigação. Quando bem desenvolvida, permite a identificação de convergências e divergências entre os artigos selecionados nos materiais de referência (Souza, 2010). Nesse intuito, apresentamos, nas subseções a seguir, as apreensões decorrentes do trabalho bibliográfico com os trabalhos reunidos, esquematizados, analisados, relacionados e comparados pela pesquisa.

2.2.1 Atividades realizada pelos(as) enfermeiros(as) na APS com foco no planejamento reprodutivo

O planejamento familiar consiste em um conjunto de medidas que engloba tanto a oferta de recursos para apoiar a concepção, ou seja, facilitar a gravidez, quanto mecanismos voltados à contracepção, ou seja, evitar uma gestação indesejada. Essas práticas devem estar fundamentadas em conhecimento científico e assegurar a liberdade de escolha, sem comprometer a saúde e a integridade física dos indivíduos (Brasil, 2009).

No que se refere à base legal, a Lei nº 9.263 (Brasil, 1996) assegura que, para o exercício do direito ao planejamento familiar, todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos devem ser disponibilizados, desde que não ofereçam risco à vida e à saúde, respeitando sempre a liberdade de opção. Por meio dessa diretriz, o Ministério da Saúde estabeleceu a compreensão do planejamento familiar como o direito de todas as pessoas à informação e ao acesso a recursos que permitam optar, de forma livre e consciente, por ter ou não filhos. A responsabilidade dos serviços de saúde, diante disso, é oferecer atividades educativas, aconselhamento e cuidados clínicos para atender a população de forma integral.

No contexto brasileiro, a ampliação do acesso aos serviços de saúde e da qualificação profissional na APS, por meio da implementação de ações voltadas ao planejamento sexual e reprodutivo, colabora com a redução das desigualdades sociais. Tais ações aumentam as chances de mulheres terem acesso a métodos de concepção e contracepção necessários ao planejamento familiar. A atenção, portanto, não deve estar voltada a medidas como aumento do número de inserções de Dispositivo Intrauterino (DIU), mas também à escassez de profissionais habilitados para todos os procedimentos e acompanhamento que cada realidade familiar demanda, o que reforça a necessidade da capacitação contínua de enfermeiros e médicos, visando à qualidade do serviço (Rodrigues *et al.*, 2023).

Ressalta-se que, em países em desenvolvimento, como o Brasil, há menor adesão aos programas de planejamento familiar. Dentre os fatores que provocam tal precariedade,

destacam-se aqueles derivados das dificuldades de acesso, como os longos períodos de espera, os custos elevados da rede particular e a carência de insumos (Freitas *et al.*, 2025).

Nesse contexto, a APS configura-se como o primeiro nível do sistema de atenção, englobando ações e estratégias destinadas ao cuidado individual e coletivo (Silva *et al.*, 2023). Ela é reconhecida como o eixo central para identificação, monitoramento e acompanhamento dos usuários. Observa-se, ainda, que o enfermeiro participa de todo o processo saúde-doença, atuando desde a promoção da saúde até a prevenção de enfermidades, além da assistência direta e da gestão da equipe multiprofissional.

Na APS, a atuação dos profissionais de saúde em relação ao planejamento reprodutivo envolve, principalmente, três dimensões: aconselhamento, atividades educativas e ações clínicas (Brasil, 2013). Essas práticas devem ser desenvolvidas de maneira articulada, considerando que cada contato com o serviço de saúde representa uma oportunidade para ações educativas, além de estimular o trabalho interdisciplinar por meio da integração das equipes multiprofissionais (Brasil, 2013). A assistência familiar, ainda, é responsabilidade da Equipe de Saúde da Família (eSF), que responde às necessidades essenciais da comunidade colaborativamente (Silva *et al.*, 2023).

O enfermeiro, enquanto integrante da equipe multiprofissional, possui autonomia para realizar consultas de enfermagem, solicitar exames complementares, efetuar encaminhamentos, prescrever medicamentos e executar procedimentos, uma vez que é amparado pela legislação da profissão e orientado pelas normas técnicas em vigor nos âmbitos federal, estadual e municipal. A normativa técnica assegura ao enfermeiro, dentre suas atribuições, a competência para ofertar, inserir e retirar o DIU durante a consulta de enfermagem voltada ao planejamento familiar e reprodutivo, tanto na APS quanto na Atenção Especializada (AE). Tais atribuições, contudo, só podem ser exercidas quando o profissional tiver concluído o curso de capacitação presencial teórico-prático sobre inserção, revisão e retirada do DIU, além de manter constante atualização em relação ao conhecimento técnico-científico do método (Martins *et al.*, 2023).

Considerando aquilo que toca ao planejamento reprodutivo, destacamos as competências do profissional de enfermagem conforme a Resolução COFEN nº 690/2022. Este documento regulamenta a atuação da profissão na oferta de informações sobre a política de planejamento reprodutivo, além de estabelecer a aplicação de critérios de elegibilidade que auxiliem a pessoa na escolha do método mais adequado (Silva *et al.*, 2025).

Em especial, cabe ao enfermeiro: executar o planejamento familiar e reprodutivo com ações preventivas e educativas, elaborar normas e rotinas, participar da escolha e implementação de métodos e tecnologias, além de, como mencionado, realizar a inserção,

revisão e retirada do DIU, registrando todo o processo de forma clara no prontuário (COFEN, 2022). Ressaltam-se no documento, ainda, as contribuições dos enfermeiros brasileiros na ampliação do acesso da população a métodos contraceptivos, especialmente os de longa duração. O Quadro 3, elaborado a partir da Resolução COFEN nº 690/2022, apresenta seis das competências e as orientações técnicas para a realização das referentes ações.

Quadro 3 – Competências do enfermeiro, Resolução COFEN Nº 690/2022

COMPETE AO ENFERMEIRO:
a. Realizar a consulta de Enfermagem, cabendo-lhe a solicitação de exames, prescrição, administração e procedimentos, pautados nos protocolos institucionais, acerca da promoção, proteção e apoio à utilização dos métodos de concepção e contracepção, garantindo a qualidade e a segurança do uso no cotidiano da vida reprodutiva;
b. Realizar o Planejamento Familiar e Reprodutivo com ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a concepção e contracepção;
c. Participar na elaboração de protocolos assistenciais, normas e rotinas, Procedimentos Operacionais Padrão-POP, de acordo com as melhores práticas baseadas em evidências científicas;
d. Participar no processo de avaliação, escolha, indicação e implementação de novos métodos e tecnologias para a concepção e contracepção;
e. Realizar a inserção, revisão e retirada de Dispositivo Intrauterino-DIU;
f. Registrar os dados obtidos durante a realização da inserção, revisão e retirada do DIU, no prontuário da paciente ou na ficha de atendimento, de forma clara e objetiva, contemplando a descrição do procedimento e as devidas tomadas de decisão.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na mesma Resolução, enfatiza-se a importância da capacitação dos enfermeiros(as), assegurando processos formativos contínuos que desenvolvam conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para o planejamento familiar e reprodutivo. Entre as competências esperadas estão: conhecer a legislação profissional, dominar os métodos disponíveis no SUS, aprimorar técnicas de consulta de enfermagem e manter-se atualizado com base em evidências científicas (COFEN, 2022).

Na prática, todavia, o planejamento familiar é frequentemente direcionado apenas às mulheres. A participação masculina ainda é restrita, consolidando o entendimento de que o tema está mais associado ao universo feminino. Evidencia-se, também, que nem todos os membros da Estratégia de Saúde da Família (ESF) realizam o processo de planejamento, ficando o enfermeiro como principal responsável por orientações e informações durante a consulta, enquanto ao agente comunitário cabe a captação e interlocução com os usuários nas visitas domiciliares (Freitas *et al.*, 2025).

Outro aspecto fundamental é a qualidade da relação entre enfermeiro e cliente, especialmente valorizada pelas mulheres, que encontram nesse vínculo suporte emocional, orientação e confiança. O planejamento reprodutivo consciente, pautado em informações claras sobre saúde sexual e reprodutiva, é indispensável para a promoção da saúde e do bem-estar feminino (Aldrighi *et al.*, 2024).

Durante a consulta de enfermagem, torna-se imprescindível oferecer orientações individualizadas, esclarecer dúvidas, avaliar a saúde da mulher e do homem e indicar possíveis complicações relacionadas ao uso dos métodos escolhidos. Além disso, o enfermeiro deve acompanhar casais que desejam a concepção, assegurando um cuidado integral (Sousa *et al.*, 2024).

O planejamento reprodutivo tem como objetivo assegurar o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, permitindo que cada pessoa decida sobre o momento adequado e o número de filhos desejados. Apesar disso, observa-se ainda elevada incidência de gestações não planejadas e indesejadas, sobretudo entre adolescentes em vulnerabilidade social, configurando grave problema de saúde pública. Nesse cenário, os princípios da bioética, como a autonomia individual, tornam-se essenciais, desde que não prejudiquem terceiros. Compete aos profissionais de saúde garantir o acesso a métodos contraceptivos, orientar sobre sua utilização e desaconselhar procedimentos irreversíveis precoces, como a esterilização, explicando claramente seus riscos. Deve-se, contudo, sempre respeitar a autonomia do indivíduo, evitando práticas paternalistas (Santos, 2025).

Paralelamente, é importante reconhecer que a sexualidade humana ainda é permeada por tabus, sobretudo entre adolescentes. Acomunicação, portanto, deve contemplar aspectos biológicos, culturais e reprodutivos, considerando valores, crenças e costumes que moldam comportamentos e a construção da sexualidade. Nesse cenário, o enfermeiro, como educador em saúde, torna-se figura essencial no processo de educação sexual em ambiente escolar, promovendo conhecimento e reflexão crítica (Marcondes *et al.*, 2020).

Para garantir esse cuidado integral, é essencial que a APS esteja orientada pelo princípio da integralidade, entendida não apenas como diretriz, mas como compromisso relacional que valoriza a autonomia e o protagonismo dos usuários. A integralidade assegura a assistência em todos os níveis de atenção do SUS, desde a promoção da saúde até o tratamento e a reabilitação, consolidando uma atenção ampla e holística (Lima *et al.*, 2024).

A prática do planejamento reprodutivo na APS deve estar guiada pelos princípios da bioética, garantindo a promoção de um cuidado respeitoso, inclusivo e acessível. Ao assegurar autonomia, justiça e privacidade, reforça-se a efetividade do SUS no atendimento à saúde reprodutiva, reduzindo desigualdades e ampliando o acesso de forma ética e equânime (Brasil, 2004).

2.2.2 Os métodos contraceptivos disponíveis na APS e os seus consequentes impactos

Estão disponíveis no SUS diversos tipos de métodos contraceptivos, os quais podem ser diferenciados, conforme a COFEN (2022), pela possibilidade ou não de reversão. Os métodos reversíveis são:

- **Métodos de barreira:** Esses métodos atuam como uma prevenção à concepção ao impedir a aproximação dos espermatozoides aos óvulos, seja por mecanismos mecânicos ou químicos. Exemplos de anticoncepcionais de barreira incluem os preservativos masculinos e femininos, o diafragma, os espermicidas, o capuz cervical e as esponjas vaginais.
- **Métodos hormonais:** Esses métodos previnem a gravidez por meio da interferência no ciclo ovariano, na capacidade do endométrio de receber o embrião ou na migração e capacitação dos espermatozoides. Podem ser administrados de diversas formas, como via oral, injetável, subcutânea, percutânea, vaginal ou intrauterina.
- **Métodos comportamentais:** São técnicas que permitem às mulheres identificar os sinais de ovulação. Para evitar a concepção, as relações sexuais são realizadas durante os períodos em que a fertilidade é baixa. Exemplos são a tabela, o acompanhamento da temperatura corporal basal, a avaliação das alterações no muco cervical, e a combinação dessas técnicas. O coito interrompido e a prática de relações sexuais sem penetração também são classificados como métodos comportamentais, com o objetivo de evitar a ejaculação dentro da vagina. No entanto, esses métodos têm uma taxa de eficácia mais baixa, especialmente

entre adolescentes, uma vez que dependem de disciplina e do planejamento das relações sexuais. Além disso, o ciclo menstrual costuma ser irregular nessa faixa etária.

- **Dispositivos intrauterinos (DIU):** O DIU, especialmente o não hormonal, atua dificultando a passagem dos espermatozoides pelo trato reprodutivo feminino. Além disso, provoca uma reação inflamatória ou uma resposta imunológica devido à presença de um corpo estranho na cavidade uterina, o que prejudica a integridade dos espermatozoides e reduz as chances de fecundação. Vale ressaltar que a técnica de inserção do DIU não afeta a estrutura celular e tecidual do útero.

A atenção à anticoncepção, nesse sentido, compreende fornecer informações, aconselhamento, acompanhamento clínico e a oferta de uma variedade de métodos cientificamente aceitos de prevenção da gravidez, sem colocar em risco a saúde da população. Observa-se, portanto, que não basta disponibilizar os métodos, é preciso assegurar o acompanhamento e a orientação adequados, o que conecta essa oferta às políticas públicas de saúde existentes (Brasil, 2024).

Nesse contexto, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) destaca a relevância do acompanhamento da saúde feminina ao longo de todas as etapas do ciclo vital. Entre suas ações, estão o pré-natal, o acompanhamento durante o parto e puerpério, a prevenção e o tratamento do câncer ginecológico, a abordagem de doenças sexualmente transmissíveis e o planejamento familiar. Posteriormente, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) agregou forças ao PAISM, consolidando a APS como espaço central para o planejamento reprodutivo (Silva, 2024).

Apesar dos esforços de tais iniciativas, resultados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) evidenciaram fragilidades na oferta dos serviços, como a elevada frequência de esterilizações femininas, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além da reduzida utilização de métodos reversíveis e das altas taxas de descontinuidade. Os dados demonstram que, embora o arcabouço legal exista, ainda há barreiras concretas que impactam diretamente na escolha e na (des)continuidade do uso dos métodos contraceptivos (Pinheiro *et al.*, 2024).

Diversos fatores, portanto, impedem que mulheres de países em desenvolvimento utilizem de forma eficaz os métodos contraceptivos disponíveis. Como consequência, muitas acabam engravidando de maneira indesejada. Gravidezes não planejadas contribuem para o aumento da morbimortalidade materna, perinatal e infantil, já que, em muitos casos, o pré-natal

é iniciado tardiamente e o comprometimento com os cuidados de saúde é reduzido. Esse panorama evidencia o quanto o acesso limitado e o uso inadequado dos métodos repercutem na saúde pública (Ramos, 2022).

No Brasil, o planejamento reprodutivo é regulamentado pela Lei nº 9.263 (Brasil, 1996), que responsabiliza o Estado por garantir o acesso à informação e aos métodos contraceptivos disponíveis no SUS, assegurando a liberdade de escolha. Contudo, a ocorrência de gestações não planejadas permanece elevada, representando mais de 50% do total de gravidezes. Tal dado confirma a distância entre a legislação e a realidade prática, reforçando a importância da APS no enfrentamento dessa questão (Ramos, 2022).

A APS, nesse cenário, tem papel essencial na identificação de pessoas em idade reprodutiva com risco de gestação indesejada. A avaliação do risco reprodutivo e a oferta de métodos contraceptivos são medidas preventivas que visam evitar complicações obstétricas e promover a saúde. Para tanto, é necessário que as equipes de saúde estejam capacitadas, oferecendo atendimento integral e humanizado. O acolhimento adequado, que respeita a autonomia e as expectativas dos usuários, é fundamental para a escolha e adesão ao método. Percebe-se, assim, que a qualidade da assistência prestada influencia diretamente a segurança e a continuidade do uso de contraceptivo (Pinheiro *et al.*, 2024; Costa, 2024).

O acesso a métodos contraceptivos é, portanto, um direito que possibilita o exercício da autonomia reprodutiva, evitando gestações indesejadas e reduzindo complicações obstétricas. Além disso, favorece a promoção da igualdade de gênero, ao garantir que todos possam planejar sua vida reprodutiva de acordo com seus desejos e condições. A oferta adequada de informações claras sobre os métodos disponíveis e seus efeitos contribui para escolhas reprodutivas bem-informadas. Desse modo, a contracepção na APS deve ser entendida não apenas como estratégia clínica, mas também como instrumento de cidadania e equidade (Pinheiro *et al.*, 2024).

O planejamento familiar, nesse contexto, é uma das ações prioritárias da APS, sendo associado à promoção da autonomia e do protagonismo individual. O enfermeiro, por sua prática de cuidado próximo e contínuo, exerce papel central, fortalecendo vínculos com os usuários e favorecendo o sucesso das intervenções. A atuação dos profissionais de saúde, portanto, é elemento-chave para transformar a oferta de métodos em escolhas reais e eficazes (Busatto, 2024).

Considerando o cenário apresentado, torna-se evidente a necessidade de reavaliar as estratégias de ações educativas, incorporando temas de reprodução humana e concepção no contexto da APS. Semelhante adequação é justificada pela diversidade do público atendido, que apresenta diferentes demandas. Assim, promove-se maior equidade no acesso aos direitos de

saúde sexual e reprodutiva, assegurando o respeito ao indivíduo como sujeito ativo e autônomo. A educação em saúde, portanto, surge como eixo articulador entre oferta, acesso e escolha (Oliveira *et al.*, 2024).

Historicamente, o planejamento familiar no Brasil começou a ser tratado oficialmente em 1974, com o Programa de Saúde Materno-Infantil, que abordava apenas o espaçamento das gestações. Posteriormente, o Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco (PPGAR) foi criado, mas recebeu críticas por restringir direitos reprodutivos, especialmente de mulheres negras e em vulnerabilidade socioeconômica. Esses antecedentes reforçam como o contexto social e político influencia o acesso e a escolha dos métodos contraceptivos (Justino *et al.*, 2021).

Além disso, a ausência da educação sexual nos currículos escolares contribui para a manutenção de estereótipos e tabus, dificultando a adoção de práticas seguras e conscientes. Para Vicente (2024), apenas uma abordagem educacional baseada em equidade e diversidade será capaz de transformar o cenário atual. Assim, escola e APS devem atuar de forma integrada, fortalecendo a formação crítica e o acesso a informações de qualidade.

A iniciação sexual precoce, por sua vez, é um fator que aumenta a vulnerabilidade dos adolescentes a infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez não planejada. O uso inconsistente de preservativos na primeira relação sexual reflete a ausência de informação adequada e a influência de fatores culturais e sociais. Os dados reforçam a importância de intervenções precoces em saúde e educação para reduzir riscos nessa faixa etária (Vieira *et al.*, 2021).

Apesar da existência de programas de prevenção da gravidez na adolescência, muitas jovens continuam engravidando, o que revela a necessidade de políticas públicas que considerem não apenas os aspectos biológicos, mas também os determinantes sociais envolvidos. Nesse sentido, a gravidez na adolescência deve ser entendida como um fenômeno complexo, relacionado a desigualdades e processos de transformação social (Guarnieri *et al.*, 2024).

A sexualidade na adolescência, portanto, é multidimensional, ou seja, influenciada por fatores psicológicos, culturais e sociais. A escola surge como espaço estratégico para políticas que promovam cuidado integral aos adolescentes, mas é fundamental que a APS também esteja presente nesse processo, oferecendo apoio, acolhimento e métodos contraceptivos adequados (Silva *et al.*, 2020).

Estudos revelam, ainda no âmbito dos métodos anticoncepcionais, que os adolescentes conhecem majoritariamente o preservativo masculino, a pílula anticoncepcional e a

contracepção de emergência, enquanto opções de longa duração, como o DIU e implantes, são menos mencionadas. Além disso, persistem concepções equivocadas, como acreditar que a pílula protege contra IST's ou considerar desnecessário o uso regular do preservativo. É notável, também, as diferenças de gênero, com meninas relatando maior conhecimento e meninos apresentando mais equívocos conceituais. Tais dados evidenciam como o acesso à informação influencia diretamente as escolhas contraceptivas (Barbosa *et al.*, 2021).

Diante desse conjunto de fatores, a APS exerce papel estratégico não apenas na oferta dos métodos contraceptivos, mas também na promoção da educação em saúde, favorecendo escolhas conscientes e seguras. A capacitação das equipes, o acolhimento humanizado e a articulação com escolas e comunidades são fundamentais para reduzir desigualdades, prevenir gestações não planejadas e promover a saúde sexual e reprodutiva de toda a população (Pinheiro *et al.*, 2024).

2.2.3 Principais dificuldades dos(as) enfermeiros(as) nas atividades referentes ao planejamento reprodutivo

Tem sido muito discutido que fornecer atenção à saúde de qualidade em um país com cerca de 212 (duzentos e doze) milhões de habitantes e em um sistema universal de saúde é um grande desafio (IBGE, 2024). Nesse cenário, ao enfermeiro da Estratégia Saúde da Família (ESF) compete desempenhar funções fundamentais no planejamento reprodutivo (PR), garantindo o exercício dos direitos reprodutivos e promovendo ações de prevenção, promoção e recuperação. Entretanto, a efetividade dessa assistência ainda encontra barreiras, sendo impactada pela ausência de métodos disponíveis, insuficiente qualificação dos profissionais, limitações de infraestrutura e dificuldades para a organização do programa, configurando lacunas que comprometem a qualidade do cuidado prestado (Rodrigues *et al.*, 2023b).

Além disso, a carência de normas claras, protocolos confiáveis e problemas organizacionais nos serviços de saúde dificulta a implementação de uma assistência integral ao PR, afetando tanto a qualidade do cuidado quanto a autonomia do enfermeiro (Rodrigues *et al.*, 2023b). Diante desse contexto, torna-se imprescindível investir em educação permanente que favoreça a qualificação profissional e o fortalecimento do papel do enfermeiro como elo entre os serviços e a população. Estudos destacam que, para assegurar cuidado integral às mulheres, é fundamental que os(as) enfermeiros(as) desenvolvam competências baseadas em conhecimentos, habilidades e atitudes que empoderem as usuárias e qualifiquem a assistência prestada (Machado, 2021).

A Lei do Exercício Profissional reforça que o enfermeiro deve priorizar funções relacionadas ao planejamento e à organização do cuidado terapêutico dos pacientes. Entretanto, observa-se que, em muitas instituições, os profissionais são direcionados principalmente para tarefas burocráticas, restringindo o trabalho centrado no cuidado. Essa situação agrava-se na APS, cujo trabalho é muitas vezes conduzido com foco no cumprimento de metas estipuladas por instâncias superiores de gestão. Consequentemente, os enfermeiros priorizam o preenchimento de formulários, relatórios e indicadores numéricos em detrimento do acolhimento e da atenção direta ao usuário, evidenciando que a falta de preparo para o gerenciamento e a execução de tarefas não correspondentes à sua competência comprometem significativamente a qualidade do cuidado e a operacionalização das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Ademais, outros desafios incluem ausência de perfil de liderança, escassez de planejamento, dificuldades no trabalho em equipe e no relacionamento interpessoal, carência de mão de obra qualificada, insuficiência de recursos humanos e materiais, falhas na rede de atenção à saúde municipal, lacunas em capacitação para gerenciamento e interferências políticas (Assunção *et al.*, 2021).

Observa-se também que a implementação do PR carece de efetividade, fragilizando o direito dos usuários de planejar e vivenciar uma gestação de forma consciente e desejada. Grande parte da população associa o PR apenas à contracepção, procurando os serviços quase exclusivamente para o acesso a métodos contraceptivos e prevenção de ISTs, limitando a compreensão da sua abrangência integral (Rodrigues *et al.*, 2023b).

Destaca-se, assim, a necessidade da elaboração de protocolos, rotinas e fluxos específicos para o PR. Especial atenção deve ser conferida ao público adolescente, contemplando desde a escolha até a distribuição adequada dos métodos contraceptivos (Coelho, 2024).

Além disso, observa-se uma demanda crescente por um acompanhamento mais humanizado, que considere a inclusão de diferentes sujeitos no processo de cuidado, amplie o acesso à saúde sexual e reprodutiva e promova ações integradas que fortaleçam a participação e a corresponsabilização no planejamento reprodutivo. Nesse sentido, destaca-se a importância de consolidar os direitos sexuais e reprodutivos como parte essencial das políticas de saúde (Figueiredo *et al.*, 2021).

Segundo Coelho (2024), a superação do cuidado fragmentado em saúde sexual e reprodutiva exige a elaboração de linhas de cuidado pautadas na integralidade e nos direitos sexuais e reprodutivos, de modo a garantir atenção contínua e de qualidade à população. Nesse sentido, a incorporação de tais ações à rotina assistencial fortalece o planejamento reprodutivo

como eixo central da APS, desde que as práticas educativas não se limitem ao modelo biomédico, mas considerem dimensões como gênero, sexualidade, autonomia e liberdade, assegurando uma atenção orientada pela integralidade e pelo direito à saúde.

Apesar dos avanços, ainda se constata fragilidades na implementação do PR segundo os princípios da integralidade em saúde. Frequentemente, ele apresenta estrutura verticalizada, baixa articulação e inserção secundária em outros programas, como pré-natal e materno-infantil, limitando sua autonomia e restrição aos direitos sexuais e reprodutivos. Em diversas situações, as ações são iniciadas apenas após o nascimento do primeiro filho, desconsiderando a concepção como parte do direito do casal, comprometendo a continuidade das escolhas reprodutivas e impactando diretamente a dinâmica familiar (Rodrigues *et al.*, 2023b).

Outro desafio é a construção de vínculo com o público masculino, pois, influenciados por fatores socioculturais, muitos homens ainda associam o PR exclusivamente às mulheres. Essa percepção reforça o papel do homem como provedor do lar, dificultando sua participação nas discussões sobre saúde sexual e reprodutiva e limitando o acesso a informações qualificadas, mantendo a assistência predominantemente voltada ao público feminino (Rodrigues *et al.*, 2023b).

No cenário atual, destaca-se ainda a relevância da educação em sexualidade como parte integrante da promoção da saúde, especialmente no contexto escolar. Estudos apontam que o acesso a informações qualificadas favorece a autonomia dos adolescentes e contribui para a construção de atitudes responsáveis frente à saúde sexual e reprodutiva. Além disso, a escola é reconhecida como espaço privilegiado para a abordagem desses temas, ampliando a compreensão dos jovens sobre seus direitos e fortalecendo a articulação entre educação e saúde. Torna-se de suma importância que o conhecimento e a educação em saúde comecem desde cedo nas escolas, para normalizar a relação e a comunicação sobre a sexualidade (Tessarioli, 2021).

No contexto da APS, o trabalho do enfermeiro enfrenta diversas dificuldades. Dentre estas: a insuficiência de recursos materiais que comprometem a qualidade da assistência; a falta de profissionais na equipe, obrigando o enfermeiro a desempenhar tarefas básicas em detrimento de suas atribuições específicas, como a realização da consulta de enfermagem; a sobrecarga administrativa e gerencial; a necessidade de organizar toda demanda espontânea diante de problemas de infraestrutura; as dificuldades para atender às expectativas imediatas dos usuários; a ausência de reconhecimento profissional; a rotatividade de pessoal, prejudicando a continuidade das ações; a falta de capacitação adequada para a consulta de enfermagem; e a carência de suporte técnico à prática profissional (Rosa *et al.*, 2020).

Diante disso, evidencia-se a necessidade urgente de preparar profissionais qualificados e autônomos para atuar na saúde sexual e reprodutiva, especialmente em um contexto marcado por desigualdades sociais que limitam a efetividade das ações em planejamento reprodutivo. Estudos apontam que, embora os enfermeiros na APS disponham de respaldo legal e técnico, ainda é necessário ampliar a qualificação e fortalecer parcerias para assegurar uma assistência integral e efetiva (Galvão *et al.*, 2024).

A sexualidade e a saúde reprodutiva configuram temas centrais nas políticas de saúde brasileiras, ainda que os avanços nos direitos sexuais e reprodutivos sejam limitados, representando elementos essenciais para uma abordagem integral da saúde da mulher. Nesse contexto, a consulta de enfermagem assume papel estratégico ao estabelecer comunicação que favorece vínculos de confiança, proporcionando ao usuário a assistência voltada à promoção da saúde, fortalecimento da autonomia e corresponsabilização no cuidado, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Apesar do acesso crescente à informação, a sexualidade feminina continuapermeada por restrições, e os profissionais de enfermagem enfrentam desafios como tabus, preconceitos e dificuldade na abordagem do tema. Cabe ao enfermeiro apoiar a população na superação de medos e estigmas relacionados à sexualidade, reafirmando a enfermagem como profissão do cuidado capaz de desenvolver ações complexas pautadas na inclusão, integralidade e eficiência (Assunção *et al.*, 2020).

Para transformar o cenário, é fundamental investir em políticas públicas que superem desigualdades históricas e promovam a equidade de gênero, valorizando as diferenças e garantindo o direito à saúde sexual e reprodutiva como parte da cidadania. Os movimentos sociais e feministas tiveram papel central nesse processo ao propor novas concepções de saúde da mulher, rompendo com modelos tradicionais e ampliando a perspectiva para além do controle de natalidade, de forma a assegurar inclusão e sustentabilidade nas relações sociais (Osei; Santos; Rodrigues, 2024).

Diante disso, evidencia-se que o PR precisa de aperfeiçoamento e expansão, considerando que muitas gestações ocorrem sem planejamento e diversas mulheres não procuram os serviços disponíveis. As limitações nos serviços de assistência voltados à contracepção e concepção, com potencial impacto negativo na saúde integral feminina, estão amplamente constatadas. Reforça-se, com base nos dados obtidos, a necessidade de ampliação de pesquisas sobre saúde reprodutiva, especialmente na APS, espaço prioritário para a oferta desses serviços (Paixão, 2022).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação de materiais não apenas facilita a obtenção de uma visão geral do estado do conhecimento disponível, mas também permite a identificação de lacunas e inconsistências na literatura existente. Além disso, a inclusão de materiais consolidados aumenta a credibilidade e o valor das descobertas e recomendações do estudo, fornecendo uma base teórica sólida. Isso inclui a busca de trabalhos acadêmicos, relatórios de pesquisa, teses, dissertações e artigos revisados por pares de instituições respeitáveis. Dessa forma, o resultado esperado com a pesquisa sobre o papel do enfermeiro no planejamento reprodutivo na Atenção Primária à Saúde é fornecer uma compreensão aprofundada das práticas, desafios e contribuições do enfermeiro na saúde pública.

O presente estudo permitiu compreender a importância da atuação do enfermeiro no planejamento reprodutivo na Atenção Primária à Saúde, evidenciando seu papel essencial na orientação, educação e assistência aos indivíduos e casais. A pesquisa demonstrou que, apesar da existência de políticas públicas que asseguram o direito ao planejamento familiar, ainda há desafios a serem superados, como a sobrecarga de trabalho dos profissionais, a falta de capacitação contínua e a insuficiência de recursos estruturais.

Além disso, ficou evidente que o enfermeiro não desempenha apenas atividades assistenciais, mas também atua como mediador entre os usuários e os serviços de saúde, promovendo ações educativas, fornecendo informações sobre métodos contraceptivos e auxiliando na tomada de decisões informadas. Ao abordar este tema nas escolas, por exemplo, o enfermeiro desempenha um papel muito importante e fundamental, como auxiliar na superação do medo de dialogar sobre sexualidade, proporcionando, assim, a quebra de tabus e a substituição do silêncio por conversas francas e respeitadas e o reconhecimento de que o saberé o melhor caminho para a autonomia e para a construção de uma sociedade mais saudável e informada. Outros objetivos das ações educativas são contribuir para a diminuição do número de gravidezes indesejadas, evitar o fenômeno da gravidez rápida de repetição e infecções sexualmente transmissíveis.

Para que o planejamento reprodutivo seja eficaz, todavia, é fundamental a implementação de estratégias que fortaleçam a capacitação dos profissionais e ampliem o acesso da população aos serviços. Destaca-se, portanto, a necessidade de investimentos na estrutura da Atenção Primária, na formação contínua dos enfermeiros e na ampliação das políticas públicas voltadas para a saúde sexual e reprodutiva. Somente assim será possível

garantir um atendimento mais humanizado, avançado e eficaz, contribuindo para a promoção da autonomia dos indivíduos e a melhoria da saúde.

REFERÊNCIAS

ALDRIGHI, J.; TRIGUEIRO, T.; WALL, M. Metamaternidade transicionada sem planejamento após os 35 anos: teoria de situação específica de enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 33, p. e20240106, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2024-0106pt>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ASSUNÇÃO, M.; AMARO, M.; CARVALHO, C.; SIMAN, A.A sexualidade feminina na consulta de enfermagem: potencialidades e limites. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 10, p. e68, 2020. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/11/1128271/39397-241571-1-pb.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025

ASSUNÇÃO, M.; AMARO, M.; CARVALHO, C.; SIMAN, A. Percepção de enfermeiros sobre seu papel gerencial, competências e desafios no cotidiano da atenção primária à saúde. **Revista APS**, v. 22, n. 4, p. 881–894, jun. 2021. Disponível em: <http://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16012/22789>. Acesso em: 17 ago. 2025

BARBOSA, N.; MONTEIRO, J.; DIONÍZIO, L.; GOMES-SPONHOLZ, F.; VIEIRA, K. Conhecimentos de adolescentes sobre métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 35, p. e39015, 2021; Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1155738>. Acesso em: 25 out. 2025. Acesso em 11 set. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996**: Dispõe sobre a regulamentação do § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais e direitos reprodutivos**: uma prioridade do governo. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 2.436/2017**: Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

BUSATTO, L.; ARDISSON, M.; PRADO, T.; ROHR, R.; SILVA, F.; LAZARINI, W. Atenção à saúde da mulher na atenção primária: percepções sobre as práticas de enfermagem. **Enfermagem em Foco**, v.15, p. e-202403SUPL1, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.21675/2357-707X.2024.v15.e-202403SUPL1>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CAVALCANTE, L.; OLIVEIRA, A. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006. Acesso em 07 set. 2025.

COELHO, M. **Saúde sexual e reprodutiva em Francisco Morato, com foco na saúde da mulher em 2022**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2024/04/1551303/tcc-milene-borgui-coelho.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. **Resolução Cofen COFEN nº 690, de 4 de fevereiro de 2022**: normatiza a atuação do enfermeiro no planejamento familiar e reprodutivo. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-690-2022/>. Acesso em: 24 set. 2025.

COSTA, A.; BONAN, C.; RODRIGUES, A. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, 40 anos de uma história: entrevista com Ana Maria Costa. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 31, p. e2024029, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S0104-59702024000100029>. Acesso em: 11 ago. 2024.

FIGUEIREDO, R.; ROCHA, J.; BILLAND, J.; MURIZINE, G.; REGINA, F.; OLIVEIRA, A.; BERTOLINI, D.; GARCIA, S.; TAKIUTI, A.; NASSER, M. Atenção à saúde sexual e reprodutiva – levantamento estadual para a construção da Linha de Cuidado para a Saúde na Adolescência e Juventude para o Sistema Único de Saúde no Estado de São Paulo (LCA&J). **Boletim do Instituto de Saúde (Impr.)**, v. 22, n. 2, p. 76-95, 2021. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/11/1399575/bis-v22n2-sexualidade-genero-e-saudeii-76-95.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025

FREITAS, N.; SILVA, A.; OLIVEIRA, K.; NASCIMENTO, E. Planejamento familiar: organização da assistência e conhecimento dos profissionais. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 17, p. e13588, 2025. Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/13588>. Acesso em: 15 ago. 2025.

GALVÃO, J.; VELOSO, C.; PINHO, E.; CARMO, B.; ABREU, J.; VILHENA, F.; PARENTE, A.; FERREIRA, G. Autonomia do enfermeiro no exercício das práticas de enfermagem na Atenção Primária à Saúde. **Enfermagem em Foco**, v. 15, p.e-202415SUPL1, 2024. Disponível em: http://search.bvsalud.org/gim/resource/pt/biblio-1537170http://enfermfoco.org/wp-content/uploads/articles_xml/2357-707X-enfoco-15-s01-e-202415SUPL1/2357-707X-enfoco-15-s01-e-202415SUPL1.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025

GARCIA, E. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica: uma discussão necessária. **Línguas & Letras**, v. 17, n. 35, p. 291-294, 2016. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/13193>. Acesso em: 07 set.2025

GUARNIERI, J.; PILOTTO, L.; BULGARELLI, A.; MARTINS, A.; LONDERO, C.; THOMAZI, G.; MURUSSI, L.; BITENCOURT, R. (Organizadores). **Cidadanias possíveis e a saúde coletiva**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2024. Disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2025/02/Livro-Cidadanias-possiveis.pdf> Acesso em: 11ago.2025

IBGE. **População do Brasil chega a 212,6 milhões de habitantes**. Secretaria de Comunicação Social, 2024. Disponível em: <http://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/populacao-do-brasil-chega-a-212-6-milhoes-de-habitantes-aponta-ibge>. Acesso em: 12 nov. 2024.

JUSTINO, G.; STOFEL, N.; GERVASIO, M.; TEIXEIRA, I.; SALIM, N. Educação sexual e reprodutiva no puerpério: questões de gênero e atenção à saúde das mulheres no contexto da Atenção Primária à Saúde. **Interface**— Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, p. e200711, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/interface.200711>. Acesso em: 11 ago. 2025.

LIMA, J.; SOEIRO, A.; FOLHA, D. Integralidade como diretriz formativa na atenção primária sob a perspectiva dos residentes em saúde da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 22, p. e02679252, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2679>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MACHADO, A. **A competência da enfermeira para o cuidado ginecológico à mulher na Atenção Primária à Saúde**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/71864http://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/71864/R%20-%20D%20-%20ALESSANDRA%20VIEIRA%20DE%20MELLO%20BUENO%20MACHADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 ago. 2025.

MARCONDES, F.; MOTA, C.; SILVA, J.; MESSIAS, C.; PEREIRA, A.; RESENDE, J. Educação sexual entre adolescentes: um estudo de caso. **Revista Nursing**, v. 24, n. 274, p. 5357-5361, 2020. Disponível em: <http://revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/770/1511>. Acesso em: 04 set. 2025.

MARTINS, I.; FAUSTINO, W.; QUEIROGA, V.; OLIVEIRA, F.; FERNANDES, E. Barreiras enfrentadas pelos enfermeiros na ampliação da inserção do dispositivo intrauterino em pacientes no contexto das Unidades Básicas de Saúde. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 12, n. 4, p. 136-150, 2023. Disponível em: <http://doi.org/10.17566/ciads.v12i4.1008>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MEIRELES, S.; NEGREIROS, L.; MAIA, J. A atuação do enfermeiro no planejamento familiar. **Revista Recien - Revista Científica de Enfermagem**, v. 4, n. 10, p. 18–23, 2014. Disponível em: <http://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/65/65>. Acesso em: 08 set.2025.

OLIVEIRA, S.; RODRIGUES, J.; ALVES, B.; SOUZA, M.; DINIZ, Í.; COSTA, G. Assistência à concepção na atenção primária em saúde. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 14, n. 4886, 2024. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/4886/3437>. Acesso em: 08 set.2025.

OSEI, S.; SANTOS, M.; RODRIGUES, C. O acesso aos serviços de saúde para mulheres no Brasil. **Revista ESAP**, 19 ago. 2024. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2024/08/1568153/665-texto-do-artigo-2572-1-10-20240819.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

PAIXÃO, T. **A vivência da gestante em planejamento reprodutivo na atenção primária à saúde**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/85293http://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/85293/R%20-%20D%20-%20TATIANE%20TAIZ%20DA%20PAIXAO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 ago. 2025.

PINHEIRO, A.; BORGES, A.; FIGUEIREDO, R. Planejamento Reprodutivo e Contracepção nas Políticas Públicas Brasileiras. In: FIGUEIREDO, R.; KALCKMANN, S. (Organizadores). **Métodos de barreira no Brasil - preservativo masculino (externo), feminino (interno) e diafragma para a contracepção e prevenção de IST**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2024, p. 59-77. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2025/03/1589632/cap-3-planejamento-reprodutivo.pdf>. Acesso em: 11 ago.2025.

RAMOS, D.; MATOS, M.; VIDUEDO, A.; RIBEIRO, L.; LEON, C.; SCHARDOSIM, J. Consulta de enfermagem em planejamento reprodutivo: validação de cenário e lista de verificação para avaliação pós-consulta. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, p. eAPE0296345, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO0296345>. Acesso em: 11 ago. 2025.

RODRIGUES, E.; LOPES, A.; MORAES, A.; SILVA, L.; FIGUEIRA, M.; RIBEIRO, K. Desafios do enfermeiro no planejamento reprodutivo: revisão integrativa da literatura. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 3, p. 1757–1774, 2023b. Disponível em: <http://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/501>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RODRIGUES, G.; ALVES, V.; RODRIGUES, D.; PEREIRA, A.; MARCHIORI, G.; OLIVEIRA, M.; COSTA, D. Planejamento reprodutivo e inserção de dispositivo intrauterino realizada por médicos e enfermeiras no Brasil. **Cogitare Enfermagem**, v. 28, p. e86717, 2023a. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/cenf/a/N57ScHmZPbtrFNMH67KFFfM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ROSA, A.; ZOCHE, D.; ZANOTELLI, S. Gestão do cuidado à mulher na atenção primária: estratégias para efetivação do processo de enfermagem. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 1, p. 93–100, 2020. Disponível em: http://enfermfoco.org/article/gestao-do-cuidado-a-mulher-na-atencao-primaria-estrategias-para-efetivacao-do-processo-de-enfermagem/http://enfermfoco.org/wp-content/uploads/articles_xml/2357-707X-enfoco-11-01-0093/2357-707X-enfoco-11-01-0093.pdf. Acesso em: 30 ago. 2025.

SANTOS, A. Autonomia na escolha pela contracepção: visão histórica. **Revista Bioética**, v. 33, p. e3781, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-803420253781PT>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SILVA, E.; GUEDES, H.; NASCIMENTO, D.; SOUZA, A.; DUARTE, S. Manejo do dispositivo intrauterino por enfermeiros na atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 781, p. e20240340, 2025. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/0034-7167-2024-0340pt>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SILVA, I.; FREITAS, C.; LISBOA, A.; CUNHA, M.; MAHL, C.; GUIMARÃES, Y.; RODRIGUES, I.; BARREIRO, M. Assistência de enfermagem à saúde da mulher na Atenção Primária à Saúde. **Enfermagem em Foco**, v. 15, p. e-202410SUPL1, 2024. Disponível em: http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1533077http://enfermfoco.org/wp-content/uploads/articles_xml/2357-707X-enfoco-15-s01-e-202410SUPL1/2357-707X-enfoco-15-s01-e-202410SUPL1.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025

SILVA, M.; QUEIROZ, A.; FONSECA, A.; DANTAS, M.; PIMENTEL, E.; SOUSA, A.; AGRA, G.; NUNES, E. Planejamento familiar: conhecimento e aplicabilidade por enfermeiros na atenção primária à saúde. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 97, n. 2, p. e023091, 2023. Disponível em: <http://mail.revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/artic/e/view/1602/3012>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SILVA, S.; FERREIRA, M.; AMARAL-BASTOS, M.; MONTEIRO, M.; COUTO, G. Diagnóstico do conhecimento dos adolescentes sobre sexualidade. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, p. eAPE20190210, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ape/a/DWD9fVf3Nj6Dx3GVGSCDYrd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SOUZA, A.; ALVES, B.; CRUZ, R.; MAIA, E.; BORGES, J.; CAVALCANTE, E. Utilização de teorias nos estudos sobre cuidados de enfermagem no Planejamento reprodutivoReprodutivo: revisão integrativa. **Enfermagem em Foco**, v. 15, p. e-2024149, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.21675/2357-707X.2024.v15.e-2024149>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SOUZA, M. T. DE; SILVA, M. D. DA; CARVALHO, R. DE. **Integrative review: what is it? How to do it?** einstein (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=html&lang=en>. Acesso em: 30 mar. 2025.

TESSARIOLI, G. Importância social da educação em sexualidade no contexto brasileiro. **Sexualidade, Gênero e Saúde Sexual e Reprodutiva**, v. 22, n. 1, p. 47-57, jul. 2021. Disponível em: <http://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/38599/36358>. Acesso em: 30 ago. 2025.

VICENTE, L. A educação sexual nas diferentes versões da base nacional comum curricular: da abertura ao silenciamento em torno da temática. **Educação em Revista**, v. 40, p. e45439, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469845439>. Aceso em: 12 ago. 2025.

VIEIRA, José Guilherme Silva. **Metodologia de pesquisa científica na prática**. Curitiba: Editora Fael, 2010. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/54524041/METODOLOGIALibre.pdf?1506286435=&responsecontentdisposition=inline%3B+filename%3DMetodologia_de_Pesquisa_Cientifica_na_Pr.pdf&Expires=1762368142&Signature=OeLM8TFbUhj2YvYkNl91nrzCyWjWeZ7tUOHrtwUZMck3h0plEAF79nNWpaSmLtbpcGpGiEE0wBQV7qjlrLF9bd0sQQBHu6t5JRSeIUsZZSj591ec4C9bF3Nt2wYFx~~m0bbEXFRT777k~IUkHBD7pLxKmxVbU2gjVA~GXmif0pzIqPbCxfYZYMCrYb62YNq8gqNZygG6WPYjCa4gsmuilkEe22HNFrJ7J1JIYGCp2PtSXi~vqBgqk3pxF53nhiH78R0SkGIoUjCeYCLoX7W8gMs48F9NrQCH1DrI~zviAbyLdN835zoubkBx~sitpd9qsAtwke-Ihz9Kg_&Key-Pair Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA Acesso em 07 set. 2025.

VIEIRA, K.; BARBOSA, N.; DIONÍZIO, L.; SANTARATO, N.; MONTEIRO, J.; GOMES-SPONHOLZ, F. Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 3, p. e20200066, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0066>. Acesso em: 12 ago. 2025.